



1 - A preocupação com a utilização de materiais e livros didáticos de filosofia ganhou destaque sobretudo a partir da instituição da sua ensino obrigatório nas escolas de ensino médio. Nesse sentido, consideramos pertinente a utilização da série "Textos Básicos" organizada ao longo dos últimos anos por Daniela Marcondes, e publicada pela editora Jorge Zahar. Esta série dispõe de três volumes que possuem relevância direta no ensino de filosofia: "Textos Básicos de Filosofia", "Textos básicos de Ética", "Textos básicos de Linguagem", os quais podem ser utilizados complementarmente na formação dos educandos.

Tal proposta nos parece interessante pelas razões que apresentaremos no que segue. Em primeiro lugar, cada um dos textos dispõe de uma breve introdução onde é apresentado o seu objetivo, assim como as principais ideias aí presentes, as quais servem como guias para orientar a compreensão dos alunos. Em segundo lugar, os textos também possuem, ao seu fim, uma série de questões que podem utilizadas como fonte de discussão e de debate, tanto no que diz respeito à compreensão do próprio texto, quanto no que concerne ao modo como os problemas aí presentes se inserem na realidade dos estudantes.

Essa abordagem ainda contempla um ponto fundamental, a saber, o contato que se deve ter com fontes primárias, ou seja, com os textos dos próprios filósofos (e não somente com interpretações ou "explicações" destes). Tratando-se de uma seleção de textos, ela permitirá o acesso a problemas fundamentais na história da filosofia: é justamente nesse sentido que se deve entender o caráter "básico" que a seleção atribui aos textos. São "básicos" por constituírem uma escala que pretende ser acessível àquelas que têm seu primeiro contato com a filosofia, e também são "básicos" porquanto abordam os problemas em que se baseia o pensamento filosófico.

①

A seleção dos textos ainda possibilita a contraposição entre diversas escolas de pensamento e entre diversos modos de se fazer filosofia, ou seja, permite o debate entre ideias dos próprios filósofos ao longo da história. Pode-se ver como o mesmo problema ~~é~~ é possível de ser compreendido de diversas maneiras, para as quais se apresentam soluções não apenas diversas, mas frequentemente conflitantes entre si. Esse tipo de abordagem favorece o pensamento crítico e a própria atividade intelectual dos alunos, considerando-se que o aprendizado de filosofia deve estimular também a sua própria prática.

Mencionamos ainda alguns fatores relativos ao modo como os textos são organizados e dispostos. Cada um dos referidos volumes é temático e, dentro de cada um deles, os textos são apresentados em ordem cronológica. Isso permite ao menos duas abordagens distintas, uma de caráter temático, onde são trabalhadas e desenvolvidas as questões relativas a cada um dos campos da filosofia, e outra de caráter histórico, onde o diálogo entre ideias é requisitado cronologicamente. ~~Devemos~~ Devemos ainda observar que esta seleção, sendo um recorte, ~~é~~ pode não contemplar temas pertinentes, mas pode servir como base e modelo para que busquem tais temáticas, a partir de uma seleção igualmente criteriosa.

2 - A Lei 11.465, ao ~~prever~~ prever o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena na aula de filosofia, tem por objetivo resgatar estas formas de saber que, ao longo da história brasileira (e de sua educação), foram relegadas a segundo plano por serem consideradas "menores" ou de pouca importância. Com isso, excluíam-se as tradições de culturas que representam, na verdade, uma parte considerável e relevante na miscigenação do povo brasileiro.

Faz-se mister, portanto, trabalhar os referidos conteúdos de modo que eles sejam reconhecidos como saberes autênticos, independentemente de valorações de caráter hierárquico. Em uma aula de filosofia, cremos que seria adequado trabalhar tais temas a partir de uma perspectiva autenticamente filosófica, introduzindo temas e discussões relativas à própria filosofia africana.

No Brasil, este campo de estudos tem ganhado relevo ao longo da última década, a partir de contribuições como as de Renato Nogueira (entre outros), o qual produziu material específico relativo ao ensino da cultura e da filosofia brasileira no ensino médio. Destaca-se aqui o modo como, já na antiguidade, os egípcios produziram formas elevadas de ~~espécies~~ especulação filosófica, as quais, segundo Nogueira, seriam ainda mais antigas que aquelas realizadas na Grécia clássica. Estas formas de saber produzidas ao longo da história africana, foram suprimidas e tiveram seu desenvolvimento impedido ~~as~~ em decorrência do processo de colonização que foi implantado e sistematizado no continente africano.

Filósofos africanos como M. R. <sup>viam os efeitos</sup> ~~como~~ de "epistemicídio", o qual caracteriza de maneira precisa o aniquilamento histórico de saberes produzidos por povos africanos, ~~em~~ o mesmo no caso das populações indígenas brasileiras. Semelhantemente, idênticas como as de "colonialismo cultural" e "descolonização", propostas pelo mesmo autor africano, caracterizam o processo histórico ao qual



foram submetidas diversas minúsculas, tanto na África quanto no Brasil.

O estudo de filosofia africana pode, portanto, ser utilizado não apenas para se compreender as contribuições de autores africanos contemporâneos, mas a própria perspectiva histórica por que pensaram tais culturas. Nesse sentido, as aulas de filosofia possuiriam uma contribuição relevante, capaz de enriquecer a compreensão dos mesmos temas (relativos às culturas indígenas e africanas) que permeiam a ser trabalhadas em outras disciplinas do ensino médio. A abordagem de textos como os de Rousseau, e de conceitos por ele propostos, deverá servir para que a aula de filosofia possua um caráter libertário de "descolonização", como sugere o próprio autor.

3 - "Não é possível aprender qualquer filosofia... Só é possível aprender a filosofar...". Esta afirmação de Kant desarticula um importante aspecto da relação ensino-aprendizado, o qual pode enriquecer a prática do ensino de filosofia no ensino médio. Analisemos, portanto, o que está sendo expresso pelo pensamento kantiano, para, em seguida, vermos como ela pode se adequar às estratégias avaliativas que proporemos.

(1) que Kant pretende validar com a afirmação acima é a ideia da autonomia do pensamento, ou seja, a importância de que (no caso em apreço), o aluno seja convidado e estimulado a pensar por conta própria, não tendo que depender sempre de um guia. No texto "O que é esclarecimento?", Kant define essa noção a partir da ideia de "maioridade", compreendida como a capacidade que se tem de fazer o uso da própria razão. Nesse sentido, "esclarecer-se", "tornar-se maior de idade", significa também prescindir de mestres, independentemente de intervenções heterônomas, alheias ao livre pensamento. Para Kant, a utilização de exemplos é vista como uma "muleta" que pode auxiliar o pensamento, mas que não garante nunca o uso correto da nossa faculdade de juízo - esta faculdade, nos diz ele, é um talento não se pode ensinar, mas apenas exercitar.

Como afirmamos acima, estas indicações nos mostram um aspecto importante que deve figurar nas estratégias de ensino em filosofia e que diz respeito ao exercício de livre-pensar dos educandos. O ensino de filosofia não deveria se basear em um modelo meramente reprodutivo, no qual o aluno se limita a aprender aquilo que é transmitido pelo professor. Nesse sentido, a história da filosofia não deve ser frequentada somente como um lugar onde se abremos doutrinas, mas que forneça temas e problemas a partir dos quais os estudantes possam desenvolver suas próprias ideias. Poderíamos nos basear aqui também na ideia deleuziana de que o mesmo pensamento não é.

pura e simplesmente natural, que ~~se~~ ele não ocorre espontaneamente: antes, nós só pensamos quando somos "forçados" a tal, diante de um estímulo. Assim, as aulas e conteúdos nela abundantes serviriam com um "motor do pensamento" para os próprios alunos.

Dentro dessa concepção, cumpre romper com o modelo que avaliação tradicionalmente chamado de "classificatório". Como mostram as críticas elaboradas por P. Perrenoud, este modelo tende a utilizar a avaliação apenas para classificar e estabelecer hierarquias, atribuindo notas que muitas vezes servem apenas para impor normas de comportamento e coerção, favorecendo somente a reprodução dos conteúdos ministrados. Creemos que uma estratégia avaliativa mais condizente com as ideias desenvolvidas acima deveria estar centrada em um modelo não classificatório, mas formativo, ou seja, trata-se de utilizar avaliação de caráter formativo. Tal modelo avaliativo contempla a progressão na aprendizagem a partir dos diagnósticos inicialmente propostos. Elaboraram-se estratégias que auxiliem os educandos que estão com dificuldades a ultrapassar os obstáculos, vendo no erro uma ponte para o acerto. Aqui, leva-se em conta o que é realizado no processo de aprendizagem, não somente o que é apresentado no fim de um período letivo. Nesse sentido, tal prática avaliativa pode se converter em uma prática emancipatória, conduzindo o estudante à sua "maioridade" (no sentido expresso por Kant), de modo que ele aprenda também a filosofar.

É justamente esse aprendizado que deve ser levado em conta, o que pode ser feito não apenas por meio da produção de textos argumentativos, mas também de exposições orais, debates, práticas onde se passa a avaliar o esforço do aluno, e não apenas o seu resultado. Creemos que esse tipo de estratégia favorece a participação e a inclusão dos educandos, a partir do estímulo à sua criatividade e ao exercício do livre-pensamento na sala de aula.